

.....

Uma facção criminosa fundamentalista, o suposto Estado laico brasileiro e os populismos: a proposta agonística e a crítica psicanalítica

Murilo Paiotti Dias¹

Paulo R. Barja²

Christiana P. de Oliveira³

Isadora E. E. A. da Cunha⁴

Fabio de O. Ramos⁵

Resumo

Este artigo aprofunda a discussão acerca do papel do populismo de esquerda em âmbito nacional através de uma análise das contribuições de autores defensores da estratégia populista que empregam a teoria psicanalítica no debate sociopolítico. Ao longo do texto é exposta a influência que a função de Deus admite, enquanto signifiante presente tanto no campo simbólico de sociedades totêmicas quanto na Constituição Federal de 1988 (CF 88). Assim, realizamos uma análise acerca das relações de aproximação e de distanciamento existentes entre a atuação de uma facção criminosa na cidade do Rio de Janeiro, o Terceiro Comando Puro, e o populismo de direita endossado pelo presidente Jair Messias Bolsonaro. O texto aponta, por fim, o ônus de um populismo de esquerda a respeito da questão secular e, também, o próprio posicionamento do populismo de direita bolsonarista com relação às massas e à laicidade.

Palavras-chave: Populismo. Laicidade. Psicanálise. Esquerda. Direita.

¹ Bacharel em ciências sociais pela Universidade Federal de Pelotas (UFPeL) e mestre em sociologia pela mesma instituição. Graduando em psicologia pela Universidade Federal do Paraiba (UNIVAP) e membro idealizador do Grupo de Amigos da Psicanálise (GAP – UNIVAP). E-mail: murilopaiotti@gmail.com.

² Físico e músico, doutor em Ciências pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), pós-doutorado pela Universidade de São Paulo (USP), professor da Univap desde 2002 e membro do GAP desde 2018. Possui 15 livros publicados e suas áreas de atuação incluem Estatística Aplicada, Comunicação, Educação e Música. E-mail: barja@univap.br.

³ Mestre em Psicologia Clínica - Núcleo de Psicanálise - pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP (2016). Psicanalista pelo Instituto Sedes Sapientiae (2020). Pós-graduação em Atendimento Familiar no Centro de Estudos e Atendimento Relativos ao Abuso Sexual da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo - CEARAS-FMUSP (2017). Professora do curso de Psicologia da Universidade do Vale do Paraiba (Univap), desde 2018, e membro do Grupo Amigos da Psicanálise (GAP - UNIVAP). E-mail: chhriiss@hotmail.com.

⁴ Graduanda em psicologia pela Universidade do Vale do Paraiba (UNIVAP), graduanda em Odontologia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP) e membro do Grupo Amigos da Psicanálise (GAP - UNIVAP). E-mail: email.isadora@gmail.com.

⁵ Graduando em Psicologia pela Universidade Paulista (UNIP) e membro do Grupo Amigos da Psicanálise, da Universidade do Vale do Paraiba (GAP - UNIVAP). E-mail: fab.oliveira97@gmail.com.

Une faction criminelle fondamentaliste, le prétendu État brésilien laïc et les populismes: la proposition agonistique et la critique psychanalytique

Résumé

Cet article approfondit la discussion sur le rôle du populisme de gauche au niveau national à travers une analyse des contributions d'auteurs qui défendent la stratégie populiste qui emploient la théorie psychanalytique dans le débat sociopolitique. Tout au long du texte, nous exposons l'influence que la fonction de Dieu admet, en tant que signifiant présent à la fois dans le champ symbolique des sociétés totémiques et dans notre Constitution fédérale de 1988. Ainsi, nous procédons à une analyse de la relation de rapprochement et de distanciation entre les actions d'une faction criminelle de la ville de Rio de Janeiro, le Terceiro Comando Puro, et le populisme de droite soutenu par le président Jair Messias Bolsonaro. Enfin, le texte pointe le poids d'un populisme de gauche vis-à-vis de la question laïque et, aussi, le positionnement du populisme de droite populaire par rapport aux masses et à la laïcité.

Mots-clés: *Populisme. Laïcité. Psychanalyse. La gauche. Droite.*

.....

Introdução

A presença da noção de Deus como instância comum às organizações de Estado e/ou comunitárias, na História, tem sua origem investigada também pela tradição psicanalítica. Este texto discorre sobre nuances nacionais que articulam o significante “Deus” a fim de instaurar determinadas formas de dominações (i)legítimas. Serão realizadas aqui aproximações e, em seguida, distinções entre essas apropriações de tal significante (“Deus”) para que possamos relacionar e comparar a dominação ilegal de uma facção criminosa, o Terceiro Comando Puro (TCP), ao fenômeno populista da direita bolsonarista. A partir dessa relação é que iremos extrair o papel do populismo de esquerda na demanda por um Estado laico de fato.

A primeira parte deste artigo traça um ponto comum, nodal, às articulações discursivas que subsistem desde as sociedades ditas totêmicas, perpassa o domínio criminoso que se estabeleceu no chamado Complexo de Israel – na cidade do Rio de Janeiro –, o populismo bolsonarista e adentra, de fato, na própria Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CF 88): Deus enquanto imposto e/ou pressuposto à ordem simbólica, mas que é também pretexto a antagonismos reais. Assim, o primeiro objetivo do trabalho é garantir o entendimento acerca desse elemento discursivo significante partindo das suas articulações mais elementares, como no caso das sociedades pré-religiosas (totêmicas), até chegar em suas configurações mais elaboradas, por exemplo, na maneira como Deus é mencionado logo no preâmbulo da CF 88.

Após remetermos em diversas instâncias às diferentes apropriações políticas desse significante (mestre), Deus, e demonstrarmos através da psicanálise o que subsiste em comum entre elas, o segundo objetivo é distinguir em termos institucionais e de legitimidade as articulações e práticas discursivas presentes tanto no fundamentalismo exercido pela facção TCP (liderada no Complexo de Israel pelo narcotraficante Álvaro Malaquias Santa Rosa) quanto no populismo de direita do governo Bolsonaro. Ou seja, pretendemos demonstrar o que distingue a barbárie do processo democrático legal, ao mesmo tempo em que apontamos para pontos em comum presentes nos discursos do líder de facção e do chefe de Estado.

O terceiro momento deste texto busca afirmar a importância da instância mais elaborada de organização política do social e da ordem simbólica atual em território brasileiro: a Constituição de 1988 (CF 88). Assim, a Democracia Radical, defendida por um populismo de esquerda, se apresenta como alternativa valiosa para suprir tal carência institucional.

Deus impositivo e Deus pressuposto: o deslocamento constitucional do Outro

A psicologia de massa que jaz sob a militância bolsonarista possui muito em comum com aquela que podemos encontrar na alta cúpula do TCP, facção criminosa carioca que instalou na cidade do Rio de Janeiro o Complexo de Israel. Este compreende cinco favelas que juntas somam uma população de cerca de 134 mil pessoas. São elas: Cidade Alta, Vigário Geral, Parada de Lucas, Cinco Bocas e Pica-pau. Em junho de 2020, como medida de saúde pública para desacelerar o contágio por COVID-19, o Supremo Tribunal Federal (STF) determinou que atividades policiais operacionais nas favelas deveriam se encerrar. Isso logo surtiu efeitos na divisão territorial da violência criminal: o Complexo de Israel surge em julho de 2020 graças à ausência da Polícia Militar do Rio de Janeiro (PMERJ) nas favelas da cidade (LEITÃO, 2020).

O TCP é liderado no Complexo de Israel pelo narcotraficante Álvaro Malaquias Santa Rosa, conhecido como “Peixão” em tal território. A quadrilha conhece Álvaro por “Arão” – nome bíblico dado ao irmão de Moisés –, daí que seus parceiros de crime se entendem como a “tropa do Arão”. Essa complexa mistura entre crime e religião perpassa tanto uma aliança da alta cúpula do TCP com representantes neopentecostais, quanto o uso de elementos simbólicos do sionismo. As paredes do Complexo de Israel possuem desenhos de peixes e os pontos de tráfico expõem a Estrela de Davi que pertence, também, à bandeira do Estado de Israel (LEITÃO, 2020).

O populismo de direita que ajudou a eleger Jair Messias Bolsonaro – presidente brasileiro que já desfilou com a bandeira do Estado de Israel e foi batizado nas águas do rio

Jordão – tem relações estreitas com o pentecostalismo que adentra a política brasileira desde o período de redemocratização durante a década de 1980, marcado pelo nascimento da CF 88. Esta, aliás, declara a neutralidade dos pressupostos valorativos religiosos na atividade estatal, mas no preâmbulo menciona “a proteção de Deus” (BARRUCHO, 2020; PESSOA, 2020).

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembleia Nacional Constituinte para instituir um Estado democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, *promulgamos, sob a proteção de Deus*, a seguinte Constituição da República Federativa do Brasil (BRASIL, 1998, g.n.⁶)

Deus é uma figura que se apresenta, portanto, no âmago da política nacional na organização simbólica das relações sociais. Os líderes, desde aqueles que comandam facções criminosas até aqueles que se apresentam como chefes de Estado ou representantes da vertente jurídica da divisão dos três poderes, utilizam-se da garantia divina para exercerem suas influências sob as massas. Por que esse significante, “Deus”, é tão importante como prerrogativa ao poder? Sigmund Freud (2013) buscou responder esse enigma em seu clássico “Totem e tabu”, de 1913. Eis uma síntese da tese dessa obra nas palavras do próprio Freud:

[Em “Totem e Tabu”] fiz uso de certas ideias teóricas apresentadas por Darwin, Atkinson e, particularmente, Robertson Smith, e combinei-as com os achados e indicações derivados da psicanálise. De Darwin tomei de empréstimo a hipótese de que os seres humanos originalmente viviam em pequenas hordas, cada uma das quais sob o governo despótico de um macho mais velho que se apropriava de todas as fêmeas e castigava ou se livrava dos machos mais novos, inclusive os filhos. De Atkinson, em continuação dessa descrição, tomei a ideia de que esse sistema patriarcal terminou por uma rebelião por parte dos filhos que se reuniram em bando contra o pai, o derrotaram e o devoraram em comum. Baseando-me na teoria totêmica de Robertson Smith, presumi que, subsequentemente, a horda paterna cedeu lugar ao clã fraterno totêmico. A fim de poder viver em paz uns com os outros, os irmãos vitoriosos renunciaram às mulheres por cuja causa, afinal de contas, haviam matado o pai, e instituíram a exogamia. (...) *Um animal específico foi colocado no lugar do pai*, como totem. Era encarado como ancestral e espírito protetor, e não podia ser ferido ou morto. Uma vez por ano, toda a comunidade masculina se reunia numa refeição cerimonial, em que o animal totêmico (adorado em todas as outras ocasiões) era despedaçado e devorado em comum. *Ninguém podia ausentar-se dessa refeição; ela era a repetição cerimonial da morte do pai, com a qual a ordem social, as leis morais e a religião haviam iniciado.* A conformidade entre a refeição totêmica de Robertson Smith e a Ceia do

⁶ Grifo nosso.

Senhor cristã impressiona certo número de escritores antes de mim (Freud, 1996a, pp. 142-143, g.n.)

É com o decorrer do tempo que as sociedades humanas devolvem a esse substituto do pai as características antropomórficas. Primeiramente de uma forma mista, como naquela dos deuses egípcios que compartilham de uma anatomia humana e bestial; em seguida, os deuses são representados como seres que podiam assumir a corporeidade propriamente humana, é o caso de tantas entidades do Olimpo na mitologia grega. Nesse processo que não é linear, surge uma censura na maneira com que tais representações divinas se desmaterializam, por exemplo, na tradição judaico-cristã. O exemplo histórico de censura do gênero analisado por Freud (1996a) é a XVIII dinastia do faraó Akhenaten – iniciada por volta de 1375 a.C. –, responsável por um monoteísmo intolerante e persecutório que desmaterializou a representação de Deus e, assim, influenciou na concepção teológica judaico-cristã.

Ainda há reminiscências da refeição totêmica na concepção mitológica do cristianismo da Santa Ceia, o que podemos relacionar ao apelido de “Peixão” e à forma recorrente com a qual muitos se referem a Bolsonaro como “Mito”, ou “Bolsomito”. São todos significantes substitutos desse pai que Freud identifica no *menu* de seu mito científico. Ora, “no momento em que se acredita na comunhão, não há razão para não pensar que se come o Cristo (...). Por que não fazer da comunhão uma comunhão *à la carte*?” (LACAN, 1986, p.196). Todos os momentos das representações de deidades serviram para organizar politicamente as sociedades humanas, ou seja, para organizar hegemonizações⁷. Por que?

O motivo pode ser abordado através da psicanálise se consideramos os escritos de Freud e Jacques Lacan. Deus é um significante mestre – tornado vazio graças aos inúmeros significados a ele atribuídos – que organiza o político desde as sociedades totêmicas até as sociedades modernas, de massa, como a sociedade brasileira no contexto da CF 88. Ernesto Laclau considera a possibilidade de Deus ser, de fato, um significante vazio. “Então, o nome de Deus, se não formos sujar sua realidade sublime (e nossa experiência dela), tem de ser um significante vazio, um significante para o qual não há um nexos estabelecido”⁸ (LACLAU, 2006, p. 142). É sabido que o significante vazio representa em Laclau e Mouffe o papel da

⁷ “Uma formação hegemônica é uma configuração de práticas sociais de diferentes naturezas: econômica, cultural, política e jurídica, cuja articulação é assegurada em torno de alguns significantes simbólicos centrais que formam o “senso comum” e fornecem a estrutura normativa de uma dada sociedade. O objetivo da luta hegemônica consiste em desarticular práticas sedimentadas de uma formação existente e, através da transformação dessas práticas e da instauração de outras novas, estabelecer pontos nodais de uma nova formação social hegemônica. Esse processo é um passo necessário, bem como a rearticulação dos significantes hegemônicos e seu modo de institucionalização” (MOUFFE, 2019, pp. 76-77).

⁸ Todas as traduções foram feitas livremente para este artigo.

hegemonia⁹, uma vez que “a construção de uma subjetividade popular é possível somente sobre a base da produção discursiva de significantes tendencialmente vazios” (LACLAU, 2005, p. 40). Slavoj Žižek afirma:

O Mestre é aquele que inventa um significante novo, o famoso “ponto de basta” [*point de capiton*], que estabiliza novamente a situação e a torna legível; por definição, o discurso da universidade que então elabora a rede de Conhecimento que sustenta essa legibilidade pressupõe e baseia-se no gesto do Mestre. O Mestre não acrescenta nenhum conteúdo positivo, apenas acrescenta um significante que, de repente, transforma desordem em ordem, em “nova harmonia”, como diria Rimbaud (ŽIŽEK, 2008, p. 57)

Outra especificidade desse significante mestre é se apresentar como o campo dedutivo da verdade que sustenta o discurso através de um pressuposto sobrenatural ou pela palavra desse Outro (A) – de *Autre*, Outro em francês – que é Deus (LACAN, 1966, 2008a). Não há para esse A um Outro, um Deus. Por isso é que “Totem e Tabu” também se trata de um mito – científico, é verdade – sobre o pai primevo inexistente na História. “É bom nos darmos conta aqui, *rememorarmos*, se assim podemos dizer, de que, quando escrevemos Outro com A maiúsculo, também formulamos que *não existe Outro do Outro*” (LACAN, 2008a, p. 345). Além disso, “a única função do pai, em nossa articulação, é a de ser um mito, sempre e unicamente o Nome-do-Pai, isto é, nada mais do que o pai morto, como Freud no-lo explica em *Totem e tabu*” (LACAN, 2008b, p. 362).

A forma direta da imposição divina pode ser investigada através do matema do Discurso do Mestre; já a mais elaborada, que recorre ao estatuto de cientificidade, pode ser desmistificada através do matema do Discurso do Universitário – uma variante do primeiro matema. Os matemas lacanianos, desenvolvidos de forma mais acabada durante “O seminário, livro 17: o avesso da psicanálise”, realizado entre os anos de 1969-1970, trabalham algo que é de nosso interesse aqui: o pai. Freud afirmara que Deus é um substituto do pai¹⁰. “Lacan reexamina os mitos freudianos de Édipo, de Moisés e do Pai da Horda Primeva, averiguando neles indícios de retorno do pai real excluído do discurso da ciência” (CASTRO, 2009, p. 248).

Quando, por exemplo, a facção do TCP invade um terreiro de Candomblé e assina na parede “Jesus é o dono do lugar”, ou quando um político reacionário como Bolsonaro se utiliza do *slogan* de campanha eleitoral que mistura um lema dos paraquedistas das Forças Armadas,

⁹ “Uma formação hegemônica também abarca o que se opõe a ela, na medida em que a força oponente aceite o sistema de articulações básicas daquela formação como algo que ela nega, mas o lugar da negação se defina pelos parâmetros internos da própria formação” (LACLAU; MOUFFE, 2015, p. 219).

¹⁰ Afinal, “mesmo fundando a origem da função do pai em seu assassinio, Freud protege o pai – a verdadeira fórmula do ateísmo é que Deus é inconsciente” (LACAN, 2008c, p. 64).

“Brasil acima de tudo”, com um outro lema inventado junto às lideranças pentecostais, “Deus acima de todos”, o que podemos observar é uma prática discursiva¹¹ imperativa própria do Discurso do Mestre (LEITÃO, 2020; PESSOA, 2020). Esse laço social, sem um conteúdo justificativo, impõe a unidade através do significante mestre (S1) – “Jesus”, “Brasil”, “Deus” – para organizar um saber (S2)¹² e produzir um mais-gozar (*a*), um excedente que deve ser extirpado, mas que fundamenta o próprio Discurso do Mestre.

A Figura 1, a seguir, apresenta o matema do Discurso do Mestre.



Figura 1. O matema do Discurso do Mestre.

“O objeto *a* é o ‘objeto sublime da ideologia’: serve de suporte fantasmático para proposições ideológicas” (ŽIŽEK, 2008, p. 62). Esse suporte fantasmático assume a forma de um bode expiatório que justifica todas as mazelas. Exemplos do objeto aqui seriam a figura do “comunista” como responsável pelas crises que a nação brasileira sofre desde o período de ditadura militar até os 14 anos de governo petista, ou ainda as pessoas adeptas de religiões de matrizes africanas no Complexo de Israel. Trata-se da construção hegemônica de um “nós” que sempre produz um “eles” (LACLAU; MOUFFE, 2015). Ou ainda, da lógica do todo e do não-todo, em Lacan (2003), na qual o todo implica o universal, mas, ao mesmo tempo, uma (de)limitação porque comporta a exceção; já o não-todo (*pas-tout*, em francês) é aquilo que resta, *a*, mas que é ilimitado.

Permanece inconsciente¹³ nesse matema a castração do sujeito (\$) que impõe a unidade ao outro, mas esconde sua própria divisão, a sua forma de desejar perante a lei. “Se ele é castrado, é por causa da lei. (...) Em suma, eis que o desejo do homenzinho envereda pelos caminhos inteiramente traçados pela lei, demonstrando, mais uma vez, que a norma do desejo e a lei são uma única e mesma coisa” (LACAN, 2005a, p. 220). É por isso que a castração

¹¹ “Toda prática social é, portanto – em uma de suas dimensões –, [discursivamente] articulatória” (LACLAU; MOUFFE, 2015, p. 188).

¹² O saber (S2) é uma cadeia significativa (re)articulada como forma de obtenção do gozo (*a*). “Tal saber é meio de gozo” (LACAN, 1992, p.48).

¹³ As barras que separam “agência” de “verdade” e “outro” de “produção” apontam, no nível superior, o que é consciente, e, no nível inferior, o que é inconsciente. A barra, portanto, é o recalque.

implica que haja um Outro, um Deus, um “Peixão”, um “Arão” – ou melhor, um “Azão”¹⁴ (A) –, pois esses significantes mestres servem também de tesouro signifiante à ordem simbólica anônima subjetivada (ŽIŽEK, 2010).

A canalhice está em assumir o papel desse A para estabelecer uma hegemonia através de um S1. “Lacan tem uma definição muito precisa do canalha: é aquele que tenta se fazer de Outro para alguém” (CAMPANÁRIO, 2000, p. 69). Em suma, o canalha é um sr. Todo Mundo, um peixe entre outros cristãos, mas um peixe maior, um cristão mais influente, um “Peixão”. O canalha, portanto,

Não é o cínico, com o que essa posição comporta de heroico. É, propriamente falando, o que Stendhal chama de *coquin fieffé, maroto consumado*, isto é, afinal, sr. Todo Mundo, mas um sr. Todo Mundo com mais decisão (LACAN, 2008b, p. 219)

Assim chegamos ao ponto crítico que a psicanálise apresenta à psicologia de massas que jaz sob o populismo.

Freud talvez não fosse absolutamente um bom pai, mas, em todo caso, não era nem um canalha, nem um imbecil. É por isso que se pode dele dizer estas duas coisas desconcertantes em seu vínculo e em sua oposição – ele era humanitário – quem irá contestá-lo ao examinar seus escritos? – e devemos levar isso em consideração, por mais que esse termo seja desacreditado pela canalha da direita, mas, por outro lado, ele não era em absoluto um parvo, de maneira que se pode igualmente dizer, e para tal temos os textos, que ele não era progressista.

Lamento, mas é um fato, Freud não era progressista em nenhum nível, e nele há mesmo, nesse sentido, coisas extraordinariamente escandalosas. *O pouco otimismo manifestado quanto às perspectivas abertas pelas massas*, na escrita de um de nossos guias, é certamente feito para chocar-nos, mas é indispensável indicá-lo para se saber em que ponto se está (LACAN, 2008b, p. 220).

A desconfiança de Freud, um autor não progressista, a respeito das massas – termo caro à literatura populista – não deve desencorajar o uso da psicanálise por autores defensores do populismo, mas é preciso deixar claro o que psicanalistas sabem sobre a psicologia das massas.

“Freud criticou o comunismo que, em dado momento, se aliou a ele. E criticou os surrealistas que tanto o veneraram. A psicanálise aponta para pensar melhor, muito além de uma escolha ideológica sempre presente e discutível” (Gutfreind, 2019, p. 46). Além disso, o fundador da psicanálise manteve-se incomodado e subversivo com relação aos totalitarismos do século XX.

¹⁴ Aproveitamos a oportunidade do chiste, afinal, “quanto mais próximos estamos da Psicanálise divertida, mais se trata da verdadeira Psicanálise” (LACAN, 1986, p.94).

Todos sabem que uma certa maneira de se apresentar do intelectual de direita é muito efetivamente se colocar como realmente é, um *knave*, em outros termos, de não recuar diante das consequências do que se chama de realismo, isto é, quando preciso, confessar-se um canalha (LACAN, 2008b, p. 219)

Grandes pensadores de direita não se constrangeram, nem recuaram, ao articularem suas contribuições intelectuais utilizando a psicologia das massas como manobra política, independente da consequência de suas ações implicarem racismo e/ou qualquer outra forma de ascensão do ódio e da intolerância. É o caso, por exemplo, de Max Weber, um sociólogo clássico, jurista, economista, estudioso da cultura e das religiões, liberal e conservador. Diz Weber:

Os soldados do *front* não fazem discursos contra o inimigo (...). Em vez disso, seria melhor ficar repetindo apenas uma coisa: que a Alemanha luta pela vida contra um exército no qual africanos gurkhas e todos os tipos de bárbaros dos mais remotos cantos do mundo pairam nas fronteiras prontos para devastar nosso país. Isso é um fato que todos podem compreender. É um fato que teria preservado a unidade (WEBER, 1974, p. 10)

A contribuição freudiana seguiu um sentido oposto porque não se resignou de tal forma à canalhice. Por exemplo, em “O futuro de uma ilusão” (1927), Freud (2010a) não desiste de se contrapor às ilusões religiosas que mesmo Lacan (2005b) considera inquebrantáveis. As ilusões são crenças que renunciam a qualquer forma de comprovação na realidade justamente porque buscam (re)afirmar um desejo; daí toda religiosidade ser ilusória, segundo Freud.

Dizemos a nós próprios que seria provavelmente muito bonito se houvesse um Deus, criador do mundo e Providência bondosa, se houvesse uma ordem moral universal e uma vida no além, mas é muito estranho que tudo isso seja da maneira como temos de desejar que seja. E seria ainda mais esquisito se nossos antepassados, pobres, ignorantes e sem liberdade, tivessem encontrado a solução de todos esses difíceis enigmas do mundo (FREUD, 2010a, p. 55)

Não é estranho também que Deus assegure, no preâmbulo da CF 88, o que a Assembleia Nacional Constituinte redigiu como lei fundamental e suprema do Brasil em 22 de setembro de 1988? Assim é que chegamos ao segundo matema citado neste texto, o Discurso do Universitário.

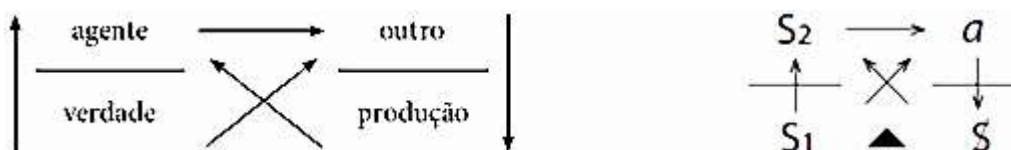


Figura 2. O matema do Discurso do Universitário.

O Discurso do Universitário, uma variante do Discurso do Mestre, pressupõe que um agente (S2) saiba de uma verdade que um [pequeno] outro (a^{15}) deve (S1) saber; disso decorre a produção de um sujeito castrado (\$), um cidadão submetido às leis da CF 88. Deus (A) sustenta a verdade que assegura a nossa cidadania. A burocracia, portanto, tenta “dar conta da completude do saber” (CASTRO, p. 255, 2009). Essa tarefa impossível atesta outra vez que o “tu deves!” que o agente impera moralmente é o lugar do desejo que pressupõe um Outro (A) – um Deus, por exemplo.

Mostrei-lhes como o “tu deves!” de Kant é substituído facilmente pela fantasia sadista do gozo erigido em imperativo – pura fantasia, é claro, e quase derrisória, mas que não exclui em nada a possibilidade de sua ereção em lei universal (LACAN, 2008b, p. 369)

A ambivalência entre lei e gozo também se apresenta na articulação perversa, afinal, “a postura sádica que gera sofrimento e terror em seu alvo só é possível depois que o sujeito sádico faz de si mesmo o instrumento-objeto da vontade de outrem” (ŽIŽEK, 2010, p. 130). Assim, a psicanálise permite analisar no que consiste a lógica discursiva que se atém a Deus para garantir o domínio da “tropa do Azão”, se a considerarmos como instrumento-objeto da vontade de Arão. É justo lembrar que o preâmbulo da CF 88 não afirma que Deus a ditou – diferentemente da mitologia cristã quando menciona as tábuas de pedra dos dez mandamentos redigidas por Moisés a partir das palavras do próprio Deus –, mas que, de forma até mais discreta, Ele apenas assegura o que os membros da Assembleia Nacional Constituinte redigiram.

O aspecto que a psicologia de massas assume sob as rédeas de um líder fundamentalista que exerce seu comando de modo ilegal e um chefe de Estado que governa sob a ordem democrática possui diferenças que devem ser consideradas na articulação do significante Deus em avatares tais como o Complexo de Israel, o populismo de direita bolsonarista e a própria CF 88.

A próxima parte deste texto busca elucidar tais distinções e aprofundar o debate a respeito da relação entre o populismo de esquerda brasileiro e a CF 88, de modo que o ônus do populismo de esquerda acerca da questão do Estado laico seja exposto e defendido.

¹⁵ A letra “a” designa o termo em francês “*autre*” (“outro”, em português).

(I)legitimidade em “Peixão” e Bolsonaro

Chantal Mouffe (2006) é uma politóloga belga cujo interesse na política europeia¹⁶, mais especificamente, aponta para um erro do argumento liberal corrente que tinha como expectativa o enfraquecimento da figura de Deus, um desencantamento do mundo frente à crescente racionalização que é marca da modernidade. Ora, reencontramos aqui a tese lacaniana (já mencionada) de que “a verdadeira fórmula do ateísmo é que Deus é inconsciente” (LACAN, 2008c, p. 64).

Bolsonaro já se expressou em diversas ocasiões de forma incompatível com os preceitos de respeito às diferenças. O *slogan* político “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos” anuncia nas entrelinhas a ideia de povo escolhido que Freud (1996a) identifica na religião mosaica, importante ao judaísmo, e é tão elementar na mesma psicologia de massas que identificamos no populismo bolsonarista. Num comício no Estado da Paraíba, no Nordeste no Brasil, em fevereiro de 2017, o atual presidente do Brasil afirmou: “Deus acima de tudo. Não tem essa historinha de Estado laico não. O Estado é cristão e a minoria que for contra que se mude. As minorias têm que se curvar para as maiorias” (*in* Cavalcante, 2018). Tal declaração é problemática se considerarmos, primeiro, que não há na CF 88 a designação do Estado enquanto “cristão” (ainda que os termos “laico” e “secular” também não constem); segundo, está estabelecido no Art. 5º, parágrafo VI da CF 88:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

[...]

VI – é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias; (Constituição da República Federativa do Brasil, 1998)

Entender o Estado como cristão implica impor uma lógica da equivalência¹⁷ ao aparato legislativo que marginalize o culto a outras adorações religiosas que não sejam cristãs; isso expõe a fragilidade prática do universalismo pregado pelo cristianismo aplicado à convivência democrática.

¹⁶ Mouffe (2019) admite que sua análise da conjuntura política é voltada para o contexto europeu; ainda assim, defendemos aqui a transposição de suas considerações para pensarmos questões próprias do âmbito brasileiro. Também as proposições freudianas, fundamentais à contribuição mouffeana, não se limitaram à Europa.

¹⁷ Tal lógica diz respeito às articulações mútuas entre demandas que tornam equivalentes uma gama de identidades a partir desse sentido comum (MOUFFE, 2003)

Eis como se deveria responder à crítica padrão do universalismo cristão: o que essa atitude totalmente inclusiva envolve (recordemos o famoso “Não há nem homem nem mulher, nem judeu nem grego” de São Paulo) é a exclusão total dos que não concordam em ser incluídos na comunidade cristã. (...) [Assim,] o lema cristão “Todos os homens são irmãos” também significa “Os que não são meus irmãos não são (nem sequer) homens” (Žižek, 2008, p. 54)

“Peixão”, nesse sentido específico de introduzir um imperativo religioso ao comando de um território, entende o Complexo de Israel de modo análogo àquele como Bolsonaro entende o Estado brasileiro. No entanto, o primeiro exerce uma tirania que não é limitada pela polícia no atual momento pandêmico em que vivemos. O segundo, quando prejudica ou ofende grupos minoritários, articula suas práticas discursivas limitado pela CF 88 (ao menos teoricamente, ainda que o dispositivo da lei não tenha acarretado sanções a seu governo até o presente).

A politóloga belga se apropria em grande medida da psicanálise freudiana em seus trabalhos. Um dos conceitos do psicanalista mais trabalhado pela autora é o de sublimação. A libido – terminologia emprestada por Freud (1996c) dos sexólogos do século XIX e que possui na psicanálise definição qualitativa e quantitativa relacionada ao desejo – modifica seus investimentos; na proposta de Mouffe (2007), a pulsão libidinal encontraria satisfação desviando do objeto e do alvo sexual para ser investida num debate legítimo perante a CF 88, como no caso dos confrontos em uma Democracia agonística (Valas, 2001). Assim, “o ego escolhe, através da sublimação, o caminho do combate que torna a vida possível” (PRATA, 2000, p. 133).

Nessa elaboração de Freud, Mouffe (2013) enxerga a sublimação, a chave para manter o que chama de “consenso conflituoso”, que opera de forma a nortear, dar direcionamento, a uma proposta “domesticadora” das relações antagônicas próprias, inerentes, do âmbito sociopolítico (MENDONÇA, 2010). Não é difícil enxergar aqui a influência freudiana no pensamento da autora; se sua proposta soa incompleta é porque governar é uma tarefa impossível de ser estabelecida de modo definitivo, pois é afetada fundamentalmente pelo contexto histórico (FREUD, 1996b). A sublimação e o consenso conflituoso não são uma solução para o embate político¹⁸, mas frente ao mal-estar social consistem na forma mais refinada que a psicanálise freudiana nos deixou como legado precário.

¹⁸ Até porque, se considerarmos a própria perspectiva pós-estruturalista de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe (2015), a Teoria do Discurso explicita que não há sequer algo do tipo em um campo contingente, aberto e sem um centro *a priori* como é o da discursividade.

Agora podemos dizer apenas, de modo figurado, que ela [sublimação] nos parece “mais fina e elevada”, mas a sua intensidade é amortecida, comparada à satisfação de impulsos instintuais grosseiros e primários; ela não nos abala fisicamente. *A fraqueza desse método, porém, está em não ser de aplicação geral, no fato de poucos lhe terem acesso. Ele pressupõe talentos e disposições especiais, que não se acham presentes em medida eficaz.* Também a esses poucos ele não pode assegurar completa proteção do sofrimento, não lhes proporciona um escudo impenetrável aos dardos do destino e costuma falhar, quando o próprio corpo é a fonte do sofrer (FREUD, 2010b, pp. 35-36, g.n.)

Frente ao governo Bolsonaro, ainda é possível contestar, protestar e operar contra suas diversas declarações e exercícios inconstitucionais, contribuindo ao consenso conflituoso. Ora, isso também é sublimação. O mesmo não acontece caso nos posicionemos contra a tirania do TCP.

Para uma atuação do populismo de esquerda através da Constituição Federal de 1988

O desafio que a proposta mouffeana apresenta aqui é o de transpor a sublimação para a prática discursiva populista de esquerda. Como vimos, Freud era pessimista com relação às massas. Mouffe possui pleno conhecimento de que a noção de “consenso conflituoso” implica um agonismo sempre precário, porém, sua ousadia é a de não desistir da atuação populista capaz de causar efeitos internos ao campo da política institucionalizada, mesmo porque abandonar o campo constitucional implicaria numa regressão à barbárie tal como aquela desempenhada por facções criminosas como o TCP.

A ordem encarnada no Nome-do-Pai oferece o protótipo do poder simbólico que estrutura nossa realidade social nas sociedades patriarcais. A castração simbólica marca um ponto de não retorno para o sujeito. A ordem proibitiva e nossa sujeição a ela instituem nosso mundo social como ordem estruturada de sentido. Sem alguém que manda, a realidade se desintegra (Stavrakakis, 2010, p. 201)

A dedicatória que Bolsonaro realiza em seu voto de impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff, ao ex-coronel Brilhante Ustra¹⁹, ou mesmo sua defesa a respeito do fuzilamento do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC), são retóricas que nunca se efetivaram após o período de redemocratização graças à própria ordem democrática em que vivemos, garantida pela CF 88 (MAZUI, 2020; MADUEÑO, 1999). A CF 88 impede a

¹⁹ Torturador do DOI-CODI (Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna), órgão do período da ditadura militar.

demanda populista de direita bolsonarista por violência a partir do agonismo garantido, ainda que precariamente, em lei.

O antagonismo é indissolúvel, por isso o mal-estar social é inerente. Ainda assim, se quisermos um agonismo, ou seja, um “consenso conflituoso” que implique encarar o inimigo em uma lógica sociopolítica humanitária, diferente daquela em que o TCP assassina pessoas adeptas de religiões de matrizes africanas, convém que o populismo, principalmente um populismo inclusivo (de esquerda), proteja e atue sob e a partir da CF 88. Diz Mouffe:

O populismo de esquerda, ao contrário [do populismo de direita], procura recuperar a democracia para aprofundá-la e ampliá-la. Uma estratégia populista de esquerda visa aliar as demandas democráticas em uma vontade coletiva para construir um “nós”, um “povo”, confrontando um adversário comum: a oligarquia. Isso requer o estabelecimento de uma cadeia de equivalência entre as demandas dos trabalhadores, dos imigrantes e da classe média precarizada, assim como outras demandas democráticas, tais como as da comunidade LGBT. O objetivo dessa cadeia é a criação de uma nova hegemonia que permitirá a radicalização da democracia (MOUFFE, 2019, p. 48)

Acompanhando o pensamento de Mouffe, na sua proximidade com a perspectiva freudiana, avançamos em mais uma demanda do populismo de esquerda que pode ser incorporada: a defesa de um Estado laico, secular, que afaste líderes que tenham afinidade com preceitos religiosos no exercício da governabilidade. Como coloca Freud:

Portanto: ou a mais severa opressão dessas massas perigosas, o mais cuidadoso bloqueio de todas as oportunidades de despertar intelectual, ou a revisão radical das relações entre cultura e religião (FREUD, 2010a, p. 62)

Entendemos que o populismo de direita bolsonarista tenha optado pela primeira alternativa quando seu líder reacionário endossa um Estado cristão e afirma que “ninguém quer saber de jovem com senso crítico” (*in* REZENDE, 2018). Cabe ao populismo de esquerda assumir o compromisso com a segunda alternativa. Este texto é uma contribuição de autores(as) mais ou menos jovens, mas com senso crítico, à revisão das relações entre política e religião.

Conclusão

Este texto procurou contribuir com o debate acerca do populismo aprofundando ideias psicanalíticas já presentes em autores como Chantal Mouffe, Ernesto Laclau, Slavoj Žižek e Yannis Stavrakakis. Num primeiro momento, isso ajudou a resgatar questões concernentes a Deus no que diz respeito ao uso desse elemento linguístico – seja na forma de significante mestre ou de grande Outro – como recurso operante, estrutural, para o exercício da violência,

da força, da legislação e da governabilidade. Distinguimos tais usos a partir de dois matemas denominados na psicanálise de matriz lacaniana como: Discurso do Mestre e Discurso do Universitário. Consideramos que o segundo é mais elaborado (não sublimado) para o exercício do poder legítimo em atuação, embora inevitavelmente ambos coexistam em termos sociopolíticos.

O segundo momento do artigo estabeleceu relações de proximidade e de distanciamento entre as retóricas e práticas discursivas que podem ser identificadas na atuação da facção criminosa denominada Terceiro Comando Puro, no Complexo de Israel (Rio de Janeiro - RJ), liderada por Álvaro Malaquias Santa Rosa, e no exercício do Governo do atual chefe de Estado brasileiro, Jair Messias Bolsonaro.

A última parte deste texto buscou reafirmar a importância de um populismo de esquerda nacional combatente do avanço neoliberal e das políticas reacionárias através dos princípios constitucionais e da defesa de relações agonísticas no âmbito institucionalizado da política brasileira sustentada por uma Constituição Federal que, por sua vez, é resguardada por Deus. Assim, cabe ao populismo de esquerda assumir a responsabilidade pela demanda por um Estado laico, sem diluir a CF 88, mas desmistificando tal aparato legislativo no que diz respeito à sua proteção pretensamente assegurada por Deus.

Referências

- Barrucho, L. (8 de maio de 2020). *Por que a bandeira de Israel 'racha' comunidade judaica*. BBC News Brasil. Consultado em 5 de novembro de 2020, em <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-52579809>.
- Brasil (1998). *Constituição da República Federativa do Brasil*. 18. ed., atualizada e ampliada. São Paulo - SP: Saraiva.
- Campanário, I. S. (2000). Algumas considerações acerca do gozo nas toxicomanias. *Revista Reverso, Belo Horizonte, CPMG*, 47, 67-71.
- Castro, J. E. de (2009). Considerações sobre a escrita lacaniana dos discursos. *Ágora: Estudos em teoria psicanalítica*, 12, p. 245-258, 2.
- Cavalcante, A. (18 de novembro de 2018). *'Sem essa de Estado laico, somos um Estado cristão': frase de Bolsonaro volta a repercutir*. EWS. Consultado em 30 de maio de 2021, em <https://www.1news.ig.com.br/noticia/527313/noticias/sem-essa-de-estado-laico-somos-um-estado-cristao-frase-de-bolsonaro-volta-a-repercutir-05112018>.
- Freud, S. (1996a). Moisés e o monoteísmo, esboço de psicanálise e outros escritos. Vol. 23. In: *Obras Psicológicas Completas*. Rio de Janeiro - RJ: Imago.

- Freud, S. (1996b). Prefácio a Juventude desorientada, de Aichhorn. Vol. 19. In: *Obras Psicológicas Completas*. Rio de Janeiro - RJ: Imago, pp. 305-308.
- Freud, S. (1996c). Além do princípio do prazer. Vol. 18. In: *Obras Psicológicas Completas*. Rio de Janeiro - RJ: Imago.
- Freud, S. (2010a). *O futuro de uma ilusão*. Porto Alegre - RS: L&PM.
- Freud, S. (2010b). *O mal-estar na civilização, novas conferências introdutórias à psicanálise e outros textos*. São Paulo - SP: Companhia das Letras.
- Freud, S. (2013). *Totem e tabu*. Porto Alegre - RS: L&PM Pocket.
- Gutfreind, C. (2019). *A arte de tratar*. Porto Alegre - RS: Artmed.
- Lacan, J. (1966). *El seminario, libro 13: el objeto del psicoanálisis*. Edição interna para uso da Escola da Coisa Freudiana.
- Lacan, J. (1986). *O seminário, livro 1: os escritos técnicos de Freud*. Rio de Janeiro - RJ: Jorge Zahar Editor.
- Lacan, J. (1992). *O seminário, livro 17: o avesso da psicanálise*. Rio de Janeiro - RJ: Jorge Zahar Ed.
- Lacan, J. (2003). *Outros escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- Lacan, J. (2005a). *O seminário, livro 10: a angústia*. Rio de Janeiro - RJ: Jorge Zahar Ed.
- Lacan, J. (2005b). *O triunfo da religião, precedido de, Discurso aos católicos*. Rio de Janeiro - RJ: Jorge Zahar Ed.
- Lacan, J. (2008a). *O seminário, livro 16: de um outro ao outro*. Rio de Janeiro - RJ: Jorge Zahar Ed.
- Lacan, J. (2008b). *O seminário, livro 7: a ética da psicanálise*. Rio de Janeiro - RJ: Jorge Zahar Ed.
- Lacan, J. (2008c). *O seminário, livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise (1964)*. Rio de Janeiro - RJ: Zahar Ed.
- Laclau, E. (2005). Populism: What's in a Name? In: *Empire & terror: nationalism, post-nationalism in the new millenium*. Org.: Aretxaga, B. et al. Basque Studies Program/322, pp. 103-114.
- Laclau, E. (2006). On the names of god. In: *Political theologies: public religions in a post-secular world*. Fordham Univ Press.
- Laclau, E., & Mouffe, C. (2015). *Hegemonia e estratégia socialista: por uma política democrática radical*. São Paulo - SP: Intermeios; Brasília - DF: CNPq.

- Leitão, L. et al (24, julho, 2020). *Traficantes usam pandemia para criar 'Complexo de Israel' unindo cinco favelas na Zona Norte do Rio*. G1. Consultado em 26 de outubro de 2020, em <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/07/24/traficantes-usam-pandemia-para-criar-novo-complexo-de-favelas-no-rio-deixam-rastro-de-desaparecidos-e-tentam-impor-religiao.ghtml>.
- Madueño, D. (30 de dezembro de 1999). *No Clube da Aeronáutica, Bolsonaro falou em "fuzilamento" do presidente*. *Folha de S. Paulo*. Consultado em 15 de novembro de 2021, em <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc3012199902.htm>.
- Mazui, G. (8 de agosto de 2019). *Bolsonaro chama coronel Brilhante Ustra de 'herói nacional'*. G1. Consultado em 15 de novembro de 2021, em <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/08/08/bolsonaro-chama-coronel-ustra-de-heroi-nacional.ghtml>.
- Mendonça, D. de (2010). Teorizando o agonismo: crítica a um modelo incompleto. *Sociedade e Estado*, Brasília, 25, p. 479-97, 3.
- Mouffe, C. (2019). *Por um populismo de esquerda*. São Paulo: Autonomia Literária.
- Mouffe, C. (2013). *Agonistics: thinking the world politically*. United States of America: Verso Books.
- Mouffe, C. (2007). *En torno a lo político*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica.
- Mouffe, C. (2006). *Religion, liberal democracy, and citizenship*. In: *Political theologies: public religions in a post-secular world*. Fordham Univ Press.
- Mouffe, C. (2003). Democracia, cidadania e a questão do pluralismo. *Revista Política e Sociedade*, 3, pp. 11-26.
- Pessoa, J. B. (2020). *A era religiosa-política de Bolsonaro e os pentecostais no Brasil*. *Brazilian Journal of Policy and Development*, 2, pp. 109-127, 2.
- Prata, M. R. (2000). Pulsão de morte: mortificação ou combate? *Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica*, 3, p. 115-135, 2.
- Rezende, L. (31 de julho de 2018). *Ninguém quer saber de jovem com senso crítico, diz Bolsonaro em Vitória*. *Folha de S. Paulo*. Consultado em 16 de novembro de 2021, em <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/07/ninguem-quer-saber-de-jovem-com-senso-critico-diz-bolsonaro-em-vitoria.shtml>.
- Stavrakakis, Y. (2010). *La izquierda lacaniana: psicoanálisis, teoría, política*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica.
- Valas, P. (2001). *As dimensões do gozo*. Rio de Janeiro - RJ: Zahar.
- Weber, M. (1974). Parlamentarismo e governo numa Alemanha reconstruída. In: *Ensaio de sociologia e outros escritos*. São Paulo - SP: Abril Cultural.

Žižek, S. (2008). *A visão em paralaxe*. São Paulo - SP: Boitempo.

Žižek, S. (2010). *Como ler Lacan*. Rio de Janeiro - RJ: Zahar.